

SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado do Período	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstrações do Fluxo de Caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em 29 de setembro de 2023 foi aprovada a constituição da SP Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia” ou “SP Securitizadora”), companhia subsidiária da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., com a finalidade de atuar como uma sociedade para a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, originadas e cedidas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de arrendamento mercantil e sociedades de crédito direto para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários para oferta a investidores, nos termos da Lei das S.A.

A Companhia finalizou o exercício de 2024 registrando Lucro Líquido de R\$ 1, Patrimônio Líquido de R\$ 2.001 e Ativos Totais de R\$ 2.002.

Para fins de pagamento de dividendos, a SP Securitizadora considera o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25% conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos administradores da
SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Securitizadora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

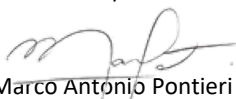
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda
2SP-027685/O-0 F SP



Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

SP COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ 52.620.551/0001-51

Av. Braz Leme, nº 1.000, Setor B, 3º andar

Balanco PatrimonialEm 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023 (não auditado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023 (não auditado)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.961	2.000	Obrigações Fiscais	7	1	-
Tributos a Compensar	5	9	-				
Outros Ativos	6	32	-				
Total do Ativo Circulante		2.002	2.000	Total do Passivo Circulante		1	-
				Capital Social	9	2.000	2.000
				(-) Prejuízo Acumulado	9	-	-
				Reservas	9	1	-
				Total do Patrimônio Líquido		2.001	2.000
Total do Ativo		2.002	2.000	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.002	2.000

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

SP COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
CNPJ 52.620.551/0001-51

Demonstração de Resultados

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (não auditado)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	10	(110)	-
Outras Despesas Administrativas	10	(24)	-
Despesas Operacionais		(134)	-
Resultado Operacional		(134)	-
Resultado antes do Resultado Financeiro e Imposto de Renda e da Contribuição Social		(134)	-
Resultado Financeiro	11	135	-
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	-
Lucro/(Prejuízo) do Período		1	-
Média Ponderada do Número de Ações		2.000	2.000
Resultado por Ação R\$		-	-

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

SP COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ 52.620.551/0001-51

Demonstração do Resultado Abrangente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2023	
			(não
	Nota	31/12/2024	auditado)
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	9	1	-
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Resultado Abrangente do Exercício		1	-

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

SP COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
CNPJ 52.620.551/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Capital		
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)		-	-	-	-	-
Integralização de Capital	9	2.000	-	-	-	2.000
Prejuízo do Exercício	9	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		2.000	-	-	-	2.000
Lucro Líquido do Exercício	9	-	-	-	1	1
Reserva Legal	9	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	9	-	-	1	(1)	-
Dividendos a pagar	9	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.000	-	1	-	2.001

*As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

SP SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.

CNPJ 52.620.551/0001-51

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	2024	2023 (não auditado)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	9	1	-
Atividades Operacionais			
Ajustes ao Lucro Líquido		7	-
Provisão para Impostos sobre o Lucro		7	-
Variações em Ativos e Passivos		(39)	-
(Aumento) em Outros Ativos		(40)	-
Aumento em Outros Passivos		1	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(31)	-
Impostos sobre o lucro pagos		(8)	-
Fluxo de Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais		(39)	-
Atividades de Financiamentos			
Aporte de capital	9	-	2.000
Fluxo de Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento		-	2.000
(Redução)/Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(39)	2.000
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	2.000	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	1.961	2.000
(Redução)/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa		(39)	2.000

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SP Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
(em reais exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A SP Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia" ou "SP Securitizadora") atua como uma sociedade para a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações de empréstimo, de financiamento e arrendamento mercantil, originadas e cedidas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de arrendamento mercantil e sociedades de crédito direto para lastrear a emissão de Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários para oferta a investidores, nos termos da Lei das S.A.

No desempenho do seu objeto social e na condição de Emissora dos Certificados de Recebíveis, a Companhia constituiu o Patrimônio Separado ("CR Supplier") ao qual se referem às demonstrações financeiras ora disponibilizadas em cumprimento ao disposto, principalmente, na Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, e demais legislações aplicáveis ao Patrimônio Separado. Na qualidade de investidor e titular dos certificados de recebíveis está a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora"), empresa controlada pela TOTVS Techfin S.A. ("Techfin").

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração dos resultados

O resultado é registrado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações.

Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da SP Securitizadora.

c. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado.

d. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

(i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são

categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 — inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 — inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nota	Classificação por categoria	2024	2023 Não auditado
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	Valor justo por meio do resultado	1.961	2.000
Instrumentos Financeiros Ativos			1.961	2.000

e. Uso de estimativas

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são:

- Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

- Provisão para contingências – A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

f. Novas Políticas Contábeis adotadas ou revisadas

A seguir apresentamos revisões e alterações em normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2024 que não tiveram impacto ou tiveram impacto não significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

- Alterações à IAS 21/ CPC 02 – Os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intitulada falta de conversibilidade;

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações financeiras divulgadas pela Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2024	2023 (não auditado)
Depósitos bancários	1	2.000
Letras Financeiras do Tesouro ¹	1.960	-
Total	1.961	2.000

¹ Refere-se a aplicações em títulos públicos que estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor e que são utilizadas como aplicação de excedente de caixa, mas resgatáveis a qualquer momento para cumprimento das obrigações da companhia.

5. Tributos a Compensar

	<u>2024</u>
Imposto de Renda a Compensar	6
Contribuição Social a Compensar	3
Total	<u>9</u>

6. Outros Ativos

	<u>2024</u>
Valores a reembolsar - CR Agro ¹	32
Total	<u>32</u>

¹ Refere-se ao reembolso da despesa com honorários relacionada à estruturação do CR Agro que foi paga pela SP Securitizadora.

7. Obrigações Fiscais

	<u>2024</u>
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL	1
Total	<u>1</u>

8. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 não há ações judiciais de natureza cível, fiscal ou trabalhista em que a SP Securitizadora figure como parte (R\$ 0 – 31 de dezembro de 2023).

9. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social da Companhia é representado por 2.000.000 ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 – 2.000.000), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 2.000 (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.000) totalmente subscrito e integralizado.

b. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no resultado (lucro ou prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado da seguinte forma:

	<u>2024</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias	
Ações ordinárias em 1º de janeiro	2.000.000
Ações ordinárias na data-base	2.000.000
Lucro/(Prejuízo) do exercício	1
Lucro/(Prejuízo) por ação	-

c. Reserva de Lucro

É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado apurado foi R\$ 1, sobre o qual foram constituídas as reservas de lucro previstas na Lei das S.A..

10. Despesas Administrativas

	<u>2024</u>
Despesas de Serviços Financeiros	(9)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados ¹	(110)
Despesas de Publicações	(6)
Despesas Tributárias	(8)
Outras Despesas Administrativas	(1)
Total	(134)

¹ Refere-se a contratação de serviços de consultoria jurídica realizada no exercício.

11. Resultado Financeiro

Em 31 de dezembro de 2024, a SP Securitizadora possui R\$ 135 de receitas financeiras oriundas substancialmente de sua aplicação em Letras Financeiras do Tesouro (31 de dezembro de 2023 – R\$ 0).

12. Transações com Partes Relacionadas

A SP Securitizadora é controlada pela Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., que detém 100% do seu capital. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 1.960 em aplicações em Letras Financeiras do Tesouro (31 de dezembro de 2023 – R\$ 0) e R\$ 1 em depósitos bancários (31 de dezembro de 2023 – R\$ 2.000), sendo ambos os valores junto ao Itaú Unibanco.

13. Gerenciamento de Riscos

A SP Securitizadora considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco versus retorno.

O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada, contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos operacionais incorridos na Companhia.

As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos.

A SP Securitizadora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Para a gestão do risco operacional, a Companhia estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como a identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa.

O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo.

A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas. Os ativos e passivos da companhia possuem componentes pré ou pós fixados, utilizando sempre a SELIC ou o CDI como referência.

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente à aplicação em letras financeiras do tesouro, contudo, sabendo-se que é uma aplicação em título público, o risco não é significativo.

14. Eventos Subsequentes

Não identificamos eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2024 a serem divulgados nas demonstrações financeiras.